

# **Renova Eólica Participações S.A. e Controladas**

Demonstrações Financeiras Individuais e  
Consolidadas Referentes ao Exercício Findo em  
31 de Dezembro de 2016 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da  
Renova Eólica Participações S.A.  
Salvador - BA

### **Opinião com ressalva**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Renova Eólica Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Renova Eólica Participações S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião com ressalva**

A Companhia não reconheceu em suas demonstrações financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 despesas no montante de R\$ 6.572 mil referentes a rateio de gastos de sua controladora Renova Energia S.A. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2016, o resultado do exercício e o patrimônio líquido encontram-se aumentados e o saldo do passivo não circulante encontra-se diminuído em R\$ 6.572 mil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

### **Incerteza relevante relacionada a continuidade operacional**

Chamamos atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras que indica que no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 a Companhia incorreu em prejuízo de R\$ 106.093 mil (controladora e consolidado), os passivos circulantes excederam o total dos ativos circulantes no montante de R\$ 1.147.744 mil (controladora) e R\$ 1.196.681 mil (consolidado). Essas condições, em conjunto com outros assuntos descritos na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

## **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião com ressalva. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalva. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou

incluir modificação em nossa opinião com ressalva, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 22 de março de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F"-BA

José Luiz Santos Vaz Sampaio  
Contador  
CRC – BA 015.640/O-3

RENOVA EÓLICA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016  
(Em milhares de reais - R\$)

Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Consolidado		Controladora		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015			31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTE											
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.726	37.853	1.768	354	CIRCULANTE	9	56.329	49.407	8.619	9.690
Aplicações financeiras	4	-	9.583	-	9.560	Fornecedores	10	969.405	74.452	969.405	74.452
Contas a receber de clientes	5	16.875	17.887	-	-	Financiamentos	10	173.596	6.416	173.596	6.416
Impostos a recuperar		1.224	2.033	290	228	Debêntures	10	7.481	3.627	22	14
Despesas antecipadas		1.363	1.076	-	-	Impostos a recolher	11	13.161	-	-	-
Dividendos a receber		-	-	1.253	959	Contas a pagar - CCEE / Distribuidoras	13.1	1.526	1.218	-	-
Adiantamentos a fornecedores		1.048	518	48	-	Provisão para custos socioambientais		2.264	288	286	288
Outros créditos		845	825	825	825	Outras contas a pagar		1.223.762	135.408	1.151.928	90.860
Total do ativo circulante		27.081	69.775	4.184	11.926	Total do passivo circulante					
NÃO CIRCULANTE											
Contas a receber - CCEE	11	2.500	4.245	-	-	NÃO CIRCULANTE	10	-	941.364	-	941.364
Partes relacionadas	14	-	-	364.337	557.722	Financiamentos	10	-	162.090	-	162.090
Cauções e depósitos vinculados	6	71.228	3	54.920	3	Debêntures	10	-	162.090	-	162.090
Impostos diferidos	12	3.316	301	-	-	Impostos diferidos	12	168	286	-	-
Investimentos	7	-	-	1.189.391	1.159.523	Contas a pagar - CCEE / Distribuidoras	11	45.868	4.465	-	-
Imobilizado	8	1.631.964	1.710.026	-	-	Partes relacionadas	14	74.290	42.153	74.290	42.153
Total do ativo não circulante		1.709.008	1.714.575	1.608.648	1.717.248	Provisão para custos socioambientais	13.1	5.387	5.877	-	-
						Total do passivo não circulante		125.713	1.156.235	74.290	1.145.607
PATRIMÔNIO LÍQUIDO											
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15				
						Capital social		462.734	462.734	462.734	462.734
						Reserva de capital		16.948	16.948	16.948	16.948
						Reservas de lucros		-	13.025	-	13.025
						Prejuízos acumulados		(93.068)	-	(93.068)	-
						Total do patrimônio líquido		386.614	492.707	386.614	492.707
TOTAL DO ATIVO		1.736.089	1.784.350	1.612.832	1.729.174	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.736.089	1.784.350	1.612.832	1.729.174

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RENOVA EÓLICA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo por ação básico e diluído)

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
RECEITA LÍQUIDA	16	232.247	156.680	-	-
CUSTOS DOS SERVIÇOS					
Depreciações	8,17	(79.032)	(56.418)	-	-
Custo de operação		(86.689)	(19.079)	-	-
Encargos de uso do sistema de distribuição		(17.468)	(10.647)	-	-
Total	17	(183.189)	(86.144)	-	-
LUCRO BRUTO		49.058	70.536	-	-
DESPESAS					
Gerais e administrativas		(5.279)	(10.301)	(851)	(594)
Depreciações	8,17	(2)	(1)	-	-
Outras despesas		(324)	(385)	11	254
Total	17	(5.605)	(10.687)	(840)	(340)
Resultado de equivalência patrimonial	7	-	-	30.162	56.085
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS SOBRE O LUCRO		43.453	59.849	29.322	55.745
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras		1.970	3.299	777	916
Despesas financeiras		(143.877)	(73.686)	(136.192)	(72.879)
Total	18	(141.907)	(70.387)	(135.415)	(71.963)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(98.454)	(10.538)	(106.093)	(16.218)
Imposto de renda e contribuição social - correntes		(9.073)	(5.750)	-	-
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	12	1.434	70	-	-
Total	19	(7.639)	(5.680)	-	-
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(106.093)	(16.218)	(106.093)	(16.218)
Prejuízo por ação básico e diluído (expressos em reais - R\$)				(0,176)	(0,029)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RENOVA EÓLICA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADO ABRANGENTE  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016  
(Em milhares de reais - R\$)

	Consolidado		Controladora	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Prejuízo do exercício	(106.093)	(16.218)	(106.093)	(16.218)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(106.093)</u>	<u>(16.218)</u>	<u>(106.093)</u>	<u>(16.218)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RENOVA EÓLICA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016  
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital - Reserva de benefícios a empregados liquidados com instrumentos de patrimônio	Reservas de lucros			Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
				Reserva legal	Reserva especial de dividendos não distribuídos	Lucro retido		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		457.250	16.948	1.462	2.778	25.003	-	503.441
Aumento de capital	15.2	5.484	-	-	-	-	-	5.484
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(16.218)	(16.218)
Compensação de prejuízo		-	-	-	-	(16.218)	16.218	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		462.734	16.948	1.462	2.778	8.785	-	492.707
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(106.093)	(106.093)
Compensação de prejuízos		-	-	(1.462)	(2.778)	(8.785)	13.025	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		462.734	16.948	-	-	-	(93.068)	386.614

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RENOVA EÓLICA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016  
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Prejuízo do exercício		(106.093)	(16.218)	(106.093)	(16.218)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Depreciação	8, 17	79.034	56.419	-	-
Juros sobre financiamentos e debêntures	10.2, 18	121.003	73.146	121.003	72.469
Juros sobre aplicações financeiras e cauções	18	(1.536)	(2.459)	(815)	(916)
Apropriação dos custos sobre financiamentos e debêntures	10.2	502	315	502	315
Atualização e provisão líquida CCEE/Distribuidoras	11.1	57.674	2.264	-	-
Multa sobre ressarcimento	11.1, 17	1.717	-	-	-
Impostos diferidos	12.1	(3.133)	(153)	-	-
Atualização da provisão para custos socioambientais	13.1	403	267	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	7	-	-	(30.162)	(56.085)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes		1.012	25.339	-	-
Impostos a recuperar		809	451	(62)	(212)
Despesas antecipadas		(287)	(703)	-	-
Adiantamentos a fornecedores		(530)	(518)	(48)	-
Outros créditos		(20)	(824)	-	(825)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		8.614	(25.095)	(1.071)	9.639
Impostos a recolher		10.216	1.113	8	14
Pagamento CCEE/Distribuidoras	11.1	(3.082)	-	-	-
Pagamento custos socioambientais	13.1	(585)	-	-	-
Outras contas a pagar		1.976	288	(2)	288
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		(6.362)	(4.297)	-	-
Pagamentos de juros sobre financiamentos e debêntures	10.2	(115.803)	(41.629)	(115.803)	(33.682)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		45.529	67.706	(132.543)	(25.213)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Recursos para futuro aumento de capital	7,22	-	-	-	(309.252)
Aplicações financeiras		11.119	86.771	10.375	66.354
Cauções e depósitos vinculados		(71.225)	(3)	(54.917)	(3)
Aquisição de imobilizado	8, 22	(2.664)	(27.613)	-	(12.818)
Partes relacionadas		-	-	193.385	128.626
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades de investimento		(62.770)	59.155	148.843	(127.093)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Aumento do capital social	15	-	5.484	-	5.484
Recursos para futuro aumento de capital		-	-	-	-
Captação de financiamentos e debêntures	10.2	1.000	254.716	1.000	254.716
Custos na captação de financiamentos e debêntures	10.2	-	(4.666)	-	(4.666)
Pagamentos de financiamentos e debêntures	10.2	(48.023)	(287.992)	(48.023)	(36.792)
Partes relacionadas		32.137	(66.092)	32.137	(66.092)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento		(14.886)	(98.550)	(14.886)	152.650
(REDUÇÃO) AUMENTO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(32.127)	28.311	1.414	344
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	37.853	9.542	354	10
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	5.726	37.853	1.768	354
(REDUÇÃO) AUMENTO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(32.127)	28.311	1.414	344

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## RENOVA EÓLICA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

#### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Renova Eólica Participações S.A. (“Renova Eólica” ou “Companhia” ou “Controladora”), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Roque Petroni Júnior, 999, 15º andar, foi constituída em 15 de setembro de 2009, na forma de sociedade por ações de capital fechado e tem como objeto social principal participar no capital social de outras sociedades.

Conforme nota explicativa nº 15, a Companhia é controlada diretamente pela Nova Energia Holding S.A. (“Nova Energia”), que é controlada direta da Renova Energia S.A. (“Renova”), sociedade de capital aberto que tem suas ações negociadas no nível 2 de Governança Corporativa na BM&FBOVESPA (“BOVESPA”).

Atualmente, a Companhia participa de sociedades por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parque eólico específico, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, parte das controladas tem sua produção contratada com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), no âmbito do Leilão de Reserva – 2010 (“LER 2010”); outra parte tem sua produção contratada com as distribuidoras que declararam demanda no Leilão de Energia Nova – 2011 (“LEN 2011 (A-3)”), conforme detalhado a seguir.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia incorreu em prejuízo de R\$106.093 e os passivos circulantes excederam o total dos ativos circulantes no montante de R\$1.147.744 (controladora) e R\$1.196.681 (consolidado). O principal motivo para esse cenário é o não atingimento de determinados indicadores de covenants e a não obtenção da anuência dos credores em 2016 que resultou na reclassificação das parcelas da dívida de longo prazo para o curto prazo.

	% Participação direta	
	31/12/2016	31/12/2015
<u>SPEs - LER 2010</u>		
Centrais Eólicas da Prata S.A. (“Da Prata”)	99,99	99,99
Centrais Eólicas dos Araçás S.A. (“Araçás”)	99,99	99,99
Centrais Eólicas Morrão S.A. (“Morrão”)	99,99	99,99
Centrais Eólicas Seraíma S.A. (“Seraíma”)	99,99	99,99
Centrais Eólicas Tanque S.A. (“Tanque”)	99,99	99,99
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A. (“Ventos do Nordeste”)	99,99	99,99
<u>SPEs - LEN 2011 (A-3)</u>		
Centrais Eólicas Ametista S.A. (“Ametista”)	99,99	99,99
Centrais Eólicas Borgo S.A. (“Borgo”)	99,99	99,99
Centrais Eólicas Caetité S.A. (“Caetité”)	99,99	99,99
Centrais Eólicas Dourados S.A. (“Dourados”)	99,99	99,99
Centrais Eólicas Espigão S.A. (“Espigão”)	99,99	99,99
Centrais Eólicas Maron S.A. (“Maron”)	99,99	99,99
Centrais Eólicas Pelourinho S.A. (“Pelourinho”)	99,99	99,99
Centrais Eólicas Pilões S.A. (“Pilões”)	99,99	99,99
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A. (“Serra do Espinhaço”)	99,99	99,99

RENOVA EÓLICA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS1.1. Autorizações

Companhias	Contrato	Portaria MME	Data da portaria	Prazo de autorização	Capacidade de produção instalada*
Centrais Eólicas da Prata S.A.	LER 05/2010	177	25/03/11	35 anos	21,84 MW
Centrais Eólicas dos Araçás S.A.	LER 05/2010	241	07/04/11	35 anos	31,86 MW
Centrais Eólicas Morrão S.A.	LER 05/2010	268	20/04/11	35 anos	30,24 MW
Centrais Eólicas Seraíma S.A.	LER 05/2010	332	27/05/11	35 anos	30,24 MW
Centrais Eólicas Tanque S.A.	LER 05/2010	330	26/05/11	35 anos	30,00 MW
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A.	LER 05/2010	161	18/03/11	35 anos	23,52 MW
Centrais Eólicas Ametista S.A.	LEN 02/2011	135	14/03/12	35 anos	28,56 MW
Centrais Eólicas Borgo S.A.	LEN 02/2011	222	13/04/12	35 anos	20,16 MW
Centrais Eólicas Caetité S.A.	LEN 02/2011	167	21/03/12	35 anos	30,24 MW
Centrais Eólicas Dourados S.A.	LEN 02/2011	130	13/03/12	35 anos	28,56 MW
Centrais Eólicas Espigão S.A.	LEN 02/2011	172	22/03/12	35 anos	10,08 MW
Centrais Eólicas Maron S.A.	LEN 02/2011	107	08/03/12	35 anos	30,24 MW
Centrais Eólicas Pelourinho S.A.	LEN 02/2011	168	21/03/12	35 anos	21,84 MW
Centrais Eólicas Pilões S.A.	LEN 02/2011	128	13/03/12	35 anos	30,24 MW
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.	LEN 02/2011	171	22/03/12	35 anos	18,48 MW

(\*) Informações não auditadas pelos auditores independentes

RENOVA EÓLICA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

1.2. Comercialização de energia:

Companhias	Ref. Contrato	Compradora	Valores				Prazo			
			Valor original do Contrato	Energia anual contratada (MWh)	Preço histórico MWh (R\$)	Preço atualizado MWh (R\$)	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
Centrais Eólicas da Prata S.A.	LER 05/2010	CCEE	214.701	88.476	121,25	184,63	nov/14	out/33	IPCA	setembro
Centrais Eólicas dos Araçás S.A.	LER 05/2010	CCEE	295.480	121.764	121,25	184,63	nov/14	out/33	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Morrão S.A.	LER 05/2010	CCEE	312.486	128.772	121,25	184,63	nov/14	out/33	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Seraíma S.A.	LER 05/2010	CCEE	325.241	134.028	121,25	184,63	nov/14	out/33	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Tanque S.A.	LER 05/2010	CCEE	295.480	121.764	121,25	184,63	nov/14	out/33	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A.	LER 05/2010	CCEE	214.701	88.476	121,25	184,63	nov/14	out/33	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Ametista S.A.	LEN 02/2011	Distribuidoras	245.424	121.764	101,53	145,30	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Centrais Eólicas Borgo S.A.	LEN 02/2011	Distribuidoras	169.917	84.972	100,73	144,15	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Centrais Eólicas Caetité S.A.	LEN 02/2011	Distribuidoras	250.919	125.268	100,90	144,39	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Centrais Eólicas Dourados S.A.	LEN 02/2011	Distribuidoras	231.549	115.632	100,87	144,35	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Centrais Eólicas Espigão S.A.	LEN 02/2011	Distribuidoras	86.976	42.924	102,07	146,07	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Centrais Eólicas Maron S.A.	LEN 02/2011	Distribuidoras	243.154	120.888	101,32	145,00	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Centrais Eólicas Pelourinho S.A.	LEN 02/2011	Distribuidoras	207.730	103.368	101,23	144,87	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Centrais Eólicas Pilões S.A.	LEN 02/2011	Distribuidoras	228.018	114.756	100,09	143,24	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.	LEN 02/2011	Distribuidoras	154.294	77.964	99,69	142,66	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro

### 1.3. Operação comercial dos parques eólicos

Os parques tiveram seu início de período de suprimento concatenado com a operação comercial das respectivas linhas de transmissão, as quais não eram de responsabilidade da Companhia. Assim, os parques do LER 2010 entraram em operação comercial em outubro de 2014 e do total de nove parques do LEN 2011 (A-3), quatro parques entraram em operação em março de 2015 e os outros cinco parques entraram em operação em janeiro de 2016, porém o início de suprimento contratual iniciou somente em janeiro de 2016 para todos os nove parques, com conexão na respectiva subestação.

### 1.4. Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits ("MCSD")

O Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits de Energia Nova (MCSD Energia Nova) foi promovido pela CCEE com a intenção de diminuir a sobrecontratação das distribuidoras. As companhias do LEN 2011 (A-3) participaram do MCSD em 29 de julho e em 19 de agosto de 2016, respectivamente, descontratando o volume total de 103,6 MWm de energia no período de julho de 2016 a dezembro de 2016 (vide nota explicativa 14.3). Adicionalmente, para o ano de 2017, essas companhias também participaram do MCSD em 27 de dezembro de 2016, descontratando um volume total de 100,2 MWm de energia dos parques do LEN 2011 (A-3) para o período de janeiro a dezembro de 2017.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo: a Lei das Sociedades por Ações, que incorporam os dispositivos das leis 11.638/07 e 11.941/09; os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Administração em 22 de março de 2017.

### 2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico como base de valor.

### 2.3. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todas as demonstrações financeiras foram apresentadas em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma.

### 2.4. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetem os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos, inclusive na evidencição dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto à essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos ou exercícios futuros. Os principais julgamentos, estimativas e premissas utilizados para a elaboração dessa demonstração financeira estão listados a seguir:

a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Quando não é possível obtê-los em mercados ativos, o valor justo dos ativos e passivos financeiros registrados nas demonstrações financeiras é apurado conforme a hierarquia estabelecida pelo pronunciamento técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, que determina certas técnicas de avaliação. As informações para esses modelos são obtidas, sempre que possível, de mercados observáveis ou informações, de operações e transações comparáveis no mercado. Os julgamentos incluem um exame das informações, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Eventuais alterações das premissas referentes a esses fatores podem afetar o valor justo demonstrado dos instrumentos financeiros, ver nota explicativa 20.

b) Provisão para custos socioambientais

A Companhia reconheceu em suas demonstrações financeiras provisão para custos socioambientais baseado em estimativas de desembolsos de caixa futuros necessários para cumprir com as exigências regulatórias e ambientais de projetos incorridos. A análise quanto aos valores envolvidos nesta estimativa foi realizada pela equipe interna de ambiental baseado em fontes de informações internas e externas as quais envolvem julgamentos. Os detalhes dessa provisão estão descritos na nota explicativa 13.1.

c) Vida útil e valor residual dos bens do imobilizado

A Companhia utiliza as taxas definidas pela ANEEL para depreciação dos itens do ativo imobilizado por julga-las que refletem a vida útil desses bens. Entretanto, a Companhia revisa anualmente a vida útil e o valor residual estimado dos bens do ativo imobilizado para avaliar sua razoabilidade. Os detalhes das taxas de depreciação estão divulgados na nota explicativa 8.

## 2.5. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

### 2.5.1. Instrumentos financeiros e gestão de riscos (nota explicativa 20)

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia ou suas controladas forem partes das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos das transações diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial.

#### 2.5.1.1. Categoria de instrumentos financeiros

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Os ativos e passivos financeiros aplicáveis na Companhia e em suas controladas foram classificados da seguinte forma:

a) Ativos financeiros

#### Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações financeiras, sendo as variações reconhecidas no resultado. Os ativos desta categoria são classificados no ativo circulante. As controladas possuem classificados nesta categoria para 31 de dezembro de 2016 e de 2015 o Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (nota explicativa 4).

O Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

b) Passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 compreendem:

- Fornecedores (nota explicativa 9);
- Financiamentos e Debêntures (nota explicativa 10);
- Contas a pagar – CCEE/Distribuidoras (nota explicativa 11);
- Provisão para custos socioambientais (nota explicativa 13.1); e
- Partes relacionadas (nota explicativa 14).

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

2.5.1.2. Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

2.5.1.3. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável que pode ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

A Companhia e suas controladas avaliam a evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento, tanto no nível individualizado, como no nível coletivo, para todos os títulos significativos. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

#### 2.5.2. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração - itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas para redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

O custo dos ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicado, e custos e juros de empréstimos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

#### 2.5.3. Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada período, a Companhia e suas controladas revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução do valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia e suas controladas calculam o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

#### 2.5.4. Acordos de pagamentos baseados em ações

A controladora indireta Renova Energia S.A. possui plano de remuneração baseado em ações para empregados e outros provedores de serviços similares que são mensurados pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga/contrato.

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga/contrato é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício ou capitalizados durante a fase de construção dos parques eólicos das controladas durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Administração da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No final de cada período de relatório, a Administração revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos.

As transações que resultem em pagamentos baseados em ações, cuja liquidação é feita com instrumentos de patrimônio, com terceiros, exceto funcionários e executivos, são mensuradas pelo valor justo dos produtos ou serviços recebidos. Quando o valor justo não pode ser estimado com confiabilidade, as transações são mensuradas pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio concedidos na data em que os produtos e os serviços foram recebidos.

#### 2.5.5. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia ou suas controladas possuem uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

#### 2.5.6. Resultados

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre investimentos. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre financiamentos e debêntures. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

#### 2.5.7. Imposto de renda e contribuição social

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável.

Para a Companhia o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente foram calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Conforme facultado pela legislação tributária, as controladas da Companhia optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido. Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

#### Imposto diferido

O imposto de renda e contribuição social diferidos ("imposto diferido") é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

#### 2.5.8. Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

##### 2.5.8.1. Alterações às IFRSs e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações às IFRS e aos pronunciamentos técnicos, emitidos pelo IASB e pelo CPC, respectivamente, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis findos em ou após 31 de dezembro de 2016.

Estas novas revisões e interpretações às IFRS não trouxeram impactos às demonstrações financeiras da Companhia. Em 2016, a Companhia passou a aplicar as melhorias anuais às

IFRS referentes aos Ciclos 2012-2014, contendo, também, as modificações às IAS 1, que entraram em vigor para períodos contábeis iniciados em ou após 1ª de janeiro de 2016. A aplicação dessas melhorias não resultou em impactos nas divulgações ou nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

#### 2.5.8.2. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

A Companhia não adotou antecipadamente as IFRS novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não vigentes:

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	<u>Aplicável a períodos anuais com início em/ou após</u>
IAS 12 – Impostos sobre receitas	Clarifica o reconhecimento de impostos diferidos sobre a renda para perdas não realizadas em determinadas circunstâncias.	1/1/2017
Alterações à IAS 7 – Fluxo de caixa	Melhorias quanto a avaliação de passivos que devem ser refletidos em atividades de financiamento.	1/1/2017
CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros	Diversas mudanças na classificação e mensuração, principalmente na mensuração de perda de valor recuperável e contabilização de <i>hedge</i> .	1/1/2018
IFRS 15 - Receita de Contrato com Clientes	Implementa um modelo com base em princípios; um guia definido é dado em relação à quando a receita deve ser reconhecida. Introduce também novas divulgações.	1/1/2018
IFRS 16 – Arrendamento mercantil	Requer o reconhecimento dos arrendamentos mercantis operacionais nos mesmos formatos dos financeiros. No dia 13 de janeiro de 2016, o IASB emitiu a IFRS 16 – Arrendamento Mercantil, com principal objetivo de redefinir o reconhecimento dos arrendamentos mercantis operacionais. A Companhia está avaliando o impacto desta norma nas suas demonstrações financeiras.	1/1/2019

Até o momento a Companhia não identificou nenhum impacto material relativo à adoção das novas normas.

### 3. PRINCÍPIOS DA CONSOLIDAÇÃO

Foram consolidadas as demonstrações financeiras das controladas mencionadas na nota explicativa 1.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as companhias consolidadas;
- eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido das companhias controladas;
- eliminação dos saldos de receitas e despesas financeiras.

## 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Caixa	2	2	1	1
Bancos conta movimento	5.724	37.851	1.767	353
Aplicações financeiras	-	9.583	-	9.560
Total	<u>5.726</u>	<u>47.436</u>	<u>1.768</u>	<u>9.914</u>
Apresentados como:				
Caixa e equivalentes de caixa	5.726	37.853	1.768	354
Aplicações financeiras	-	9.583	-	9.560
Total	<u>5.726</u>	<u>47.436</u>	<u>1.768</u>	<u>9.914</u>

As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor foram classificadas como equivalentes de caixa. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a instrumentos de renda fixa, remunerados a taxas de 100,84% (2015).

## 5. CLIENTES (CONSOLIDADO)

	31/12/2016	31/12/2015
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - LER 2010	9.486	9.883
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - LEN 2011 (A-3)	6.395	-
Distribuidoras - LEN 2011 (A-3)	19	8.004
Comercialização Mercado livre - Renova Comercializadora	975	-
Total	<u>16.875</u>	<u>17.887</u>

Os saldos em 31 de dezembro de 2016 são compostos substancialmente por valores a vencer, com prazo médio de recebimento de 30 dias para os quais não são esperadas perdas na sua realização.

## 6. CAUÇÃO E DEPÓSITOS VINCULADOS

Objeto contratual	Consolidado		Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Reserva Serviço da Dívida - BNDES <sup>(a)</sup>	30.142	-	30.142	-
Reserva Serviço da Dívida - BB <sup>(a)</sup>	8.976	-	8.976	-
Reserva Serviço da Dívida - Debentures <sup>(a)</sup>	10.799	3	10.799	3
Reserva O & M <sup>(b)</sup>	5.003	-	5.003	-
Reserva especial <sup>(c)</sup>	16.308	-	-	-
Total	<u>71.228</u>	<u>3</u>	<u>54.920</u>	<u>3</u>

Os saldos referem-se a aplicações financeiras de instrumentos de renda fixa com taxas que variam em aproximadamente 10% do CDI, vinculadas ao financiamento do BNDES, Repasse Banco do Brasil e Debêntures de Infraestrutura. As aplicações somente poderão ser movimentadas pela Companhia e suas controladas mediante autorização expressa dos credores.

- (a) Reserva que a Controladora deverá manter durante todo o prazo de vigência do contrato com finalidade de garantir os pagamentos das obrigações do contrato de financiamento.
- (b) Reserva que a Controladora deverá manter durante todo o prazo de vigência do contrato com finalidade de garantir os pagamentos das obrigações dos contratos de operação e manutenção (O&M).
- (c) Refere-se à Reservas especiais individuais de titularidade de cada um dos parques, destinada a receber a totalidade dos recursos excedentes advindos das contas centralizadoras mantidas com o banco e não movimentável.

## 7. INVESTIMENTOS

O quadro abaixo apresenta os investimentos e as principais informações das controladas:

Controlada	Part.	31/12/2016				31/12/2015			
		Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo)	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo)
Centrais Eólicas da Prata S.A.	99,99%	99.457	34.338	65.119	4.672	105.796	45.305	60.491	6.949
Centrais Eólicas dos Araçás S.A.	99,99%	141.241	49.473	91.768	2.076	148.865	59.153	89.712	6.682
Centrais Eólicas Morrão S.A.	99,99%	126.083	34.609	91.474	6.696	132.938	48.097	84.841	9.236
Centrais Eólicas Seraíma S.A.	99,99%	132.464	41.020	91.444	6.155	141.615	56.267	85.348	9.124
Centrais Eólicas Tanque S.A.	99,99%	126.379	40.103	86.276	4.416	134.315	52.413	81.902	6.778
Centrais Eólicas V. do Nordeste S.A.	99,99%	96.551	25.908	70.643	5.954	102.605	37.859	64.746	9.072
Centrais Eólicas Ametista S.A.	99,99%	115.666	33.344	82.322	(2.511)	124.040	39.207	84.833	2.658
Centrais Eólicas Borgo S.A.	99,99%	100.396	29.249	71.147	1.390	102.896	33.139	69.757	(1.045)
Centrais Eólicas Caetité S.A.	99,99%	143.191	29.646	113.545	2.418	148.276	37.149	111.127	(1.967)
Centrais Eólicas Dourados S.A.	99,99%	113.983	32.487	81.496	(3.091)	123.222	38.635	84.587	1.962
Centrais Eólicas Espigão S.A.	99,99%	55.839	10.355	45.484	1.518	56.881	12.912	43.969	(832)
Centrais Eólicas Maron S.A.	99,99%	117.264	46.194	71.070	(646)	128.191	56.475	71.716	5.941
Centrais Eólicas Pelourinho S.A.	99,99%	104.907	21.967	82.940	1.113	107.884	26.057	81.827	(1.918)
Centrais Eólicas Pilões S.A.	99,99%	112.129	42.813	69.316	(2.178)	120.460	48.966	71.494	4.612
Centrais Eólicas S. do Espinheiro S.A.	99,99%	92.684	17.337	75.347	2.180	95.396	22.223	73.173	(1.167)
Total		1.678.234	488.843	1.189.391	30.162	1.773.380	613.857	1.159.523	56.085

## 7.1 Movimentação dos investimentos

Controlada	31/12/2014	Recursos para futuro aumento de capital	Equivalência Patrimonial	Dividendos propostos	31/12/2015	Equivalência Patrimonial	Dividendos propostos	31/12/2016
Centrais Eólicas da Prata S.A.	53.607	-	6.949	(65)	60.491	4.672	(44)	65.119
Centrais Eólicas dos Araças S.A.	83.083	-	6.682	(53)	89.712	2.076	(20)	91.768
Centrais Eólicas Morrão S.A.	75.693	-	9.236	(88)	84.841	6.696	(63)	91.474
Centrais Eólicas Seraíma S.A.	76.312	-	9.124	(88)	85.348	6.155	(59)	91.444
Centrais Eólicas Tanque S.A.	75.187	-	6.778	(63)	81.902	4.416	(42)	86.276
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A.	55.761	-	9.072	(87)	64.746	5.954	(57)	70.643
Centrais Eólicas Ametista S.A.	61.017	21.178	2.658	(20)	84.833	(2.511)	-	82.322
Centrais Eólicas Borgo S.A.	22.718	48.084	(1.045)	-	69.757	1.390	-	71.147
Centrais Eólicas Caetité S.A.	39.570	73.524	(1.967)	-	111.127	2.418	-	113.545
Centrais Eólicas Dourados S.A.	35.926	46.712	1.962	(13)	84.587	(3.091)	-	81.496
Centrais Eólicas Espigão S.A.	15.282	29.519	(832)	-	43.969	1.518	(3)	45.484
Centrais Eólicas Maron S.A.	39.097	26.729	5.941	(51)	71.716	(646)	-	71.070
Centrais Eólicas Pelourinho S.A.	24.443	59.302	(1.918)	-	81.827	1.113	-	82.940
Centrais Eólicas Pilões S.A.	61.208	5.712	4.612	(38)	71.494	(2.178)	-	69.316
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.	21.673	52.667	(1.167)	-	73.173	2.180	(6)	75.347
Total	740.577	363.427	56.085	(566)	1.159.523	30.162	(294)	1.189.391

## 8. IMOBILIZADO (CONSOLIDADO)

	Taxa de depreciação anual	Saldo em 31/12/2014	Adições	Transferências	Saldo em 31/12/2015	Adições	Transferências	Saldo em 31/12/2016
<u>Imobilizado em serviço</u>								
<u>Custo corrigido</u>								
Geração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	9.031	199	36.310	45.540	-	-	45.540
Máquinas e equipamentos	4%	572.977	1.070	829.800	1.403.847	-	(295)	1.403.552
Sistema de transmissão e conexão								
Terrenos		-	-	2.503	2.503	-	-	2.503
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	3.718	-	3.843	7.561	-	-	7.561
Máquinas e equipamentos de transmissão	4%	181.040	-	120.839	301.879	-	-	301.879
Administração								
Móveis, Utensílios e Instalações	10%	-	23	-	23	-	-	23
Estoque								
Almoxarifado geral		-	3.636	-	3.636	2.664	(25)	6.275
Total		766.766	4.928	993.295	1.764.989	2.664	(320)	1.767.333
<u>Depreciação acumulada</u>								
Geração								
Edificações, obras civis e benfeitorias		(539)	(489)	-	(1.028)	(1.819)	-	(2.847)
Máquinas e equipamentos		(7.613)	(47.411)	-	(55.024)	(66.335)	-	(121.359)
Sistema de transmissão e conexão								
Edificações, obras civis e benfeitorias		(38)	(217)	-	(255)	(263)	-	(518)
Máquinas e equipamentos		(1.821)	(8.301)	-	(10.122)	(10.615)	-	(20.737)
Administração								
Móveis, Utensílios e Instalações		-	(1)	-	(1)	(2)	-	(3)
Total		(10.011)	(56.419)	-	(66.430)	(79.034)	-	(145.464)
Total do imobilizado em serviço		756.755	(51.491)	993.295	1.698.559	(76.370)	(320)	1.621.869
<u>Imobilizado em curso</u>								
Terrenos		5.529	-	(5.529)	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias		115.228	64	(115.292)	-	-	-	-
Torres de medição		3.274	62	(3.336)	-	-	-	-
Aerogeradores		524.270	441	(524.711)	-	-	-	-
Equipamentos de subestação		87.600	347	(87.947)	-	-	-	-
A ratear		172.459	38.632	(211.091)	-	-	-	-
Adiantamento a fornecedores		49.441	11.303	(49.277)	11.467	-	(1.372)	10.095
Total do imobilizado em curso		957.801	50.849	(997.183)	11.467	-	(1.372)	10.095
Total do ativo imobilizado		1.714.556	(642)	(3.888) *	1.710.026	(76.370)	(1.692) **	1.631.964

(\*) Valor de R\$3.888 reconhecido como efeitos dos custos socioambientais (ver nota explicativa 13.1).

(\*\*) Valores referentes à conciliação e estorno de saldo a pagar no exercício no montante total de R\$1.692.

A Companhia e suas controladas não identificaram indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados.

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de geração do setor elétrico, com revisões periódicas nas estimativas. Conforme mencionado na nota explicativa 2.4, as taxas estabelecidas pela Agência são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para depreciação do ativo imobilizado.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador.

#### 9. FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Fornecedores	56.329	49.407	8.619	9.690

Os saldos de fornecedores em 31 de dezembro de 2016 e 2015 referem-se, principalmente, a valores a pagar aos fornecedores de equipamentos e materiais para a manutenção dos parques eólicos e valores a pagar decorrentes da aquisição de energia para suprimento dos contratos de venda de energia.

## 10. FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

Dívida	Custo da Dívida	31/12/2016			31/12/2015				
		Circulante			Circulante			Não circulante	Total
		Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total	Principal	geral
BNDDES - Renova Eólica <sup>(a)</sup>	TJLP + 2,45%	2.552	705.984	708.536	2.664	47.833	50.497	695.981	746.478
BNDDES - Renova Eólica <sup>(a)</sup>	TJLP + 2,60%	1.170	260.809	261.979	7.132	16.964	24.096	247.529	271.625
BNDDES - Renova Eólica (Subcrédito "P") <sup>(a)</sup>	TJLP	13	4.928	4.941	11	261	272	3.913	4.185
Subtotal dos financiamentos		3.735	971.721	975.456	9.807	65.058	74.865	947.423	1.022.288
Custo de captação da operação		-	(6.051)	(6.051)	-	(413)	(413)	(6.059)	(6.472)
TOTAL DE FINANCIAMENTOS		3.735	965.670	969.405	9.807	64.645	74.452	941.364	1.015.816
Debêntures - 1ª emissão - Renova Eólica <sup>(b)</sup>	IPCA + 7,6054% a.a.	618	173.839	174.457	550	5.961	6.511	162.948	169.459
Custo de captação da operação		-	(861)	(861)	-	(95)	(95)	(858)	(953)
TOTAL DE DEBÊNTURES		618	172.978	173.596	550	5.866	6.416	162.090	168.506

### 10.1. Resumo dos contratos

#### a) BNDES (Longo prazo)

A Renova Eólica, com a interveniência de suas controladas, da sua controladora direta Nova Energia e da Renova Energia, obteve financiamento no valor total de R\$1.044.100 (contrato direto assinado em 4 de junho de 2014, no valor de R\$734.020 e o contrato de repasse assinado com o Banco do Brasil, no valor de R\$310.080).

O financiamento foi dividido em 16 Subcréditos, de "A" a "P", com as seguintes características: (a) os Subcréditos A, C, D, E, F, G, I, J, M e P tem prazo de utilização e de carência até 15 de dezembro de 2015, e prazo de amortização em 192 meses, sendo as prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vencendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas, vencendo-se a primeira prestação em 15 de janeiro de 2016 e a última em 15 de dezembro de 2031; e (b) os Subcréditos B, H, K, L, N e O terão prazo de utilização e de carência até 15 de dezembro de 2014 e prazo de amortização em 192 meses, sendo as prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vencendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas, vencendo-se a primeira prestação em 15 de janeiro de 2015 e a última em 15 de dezembro de 2030.

São garantias de todos os contratos do BNDES o penhor de ações, a cessão fiduciária de direitos creditórios e emergentes, alienação fiduciária de bens, fiança bancária, e contas reserva no valor de 3 meses de serviço da dívida e 3 meses de operação e manutenção. Esta operação estabelece que o índice ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) =  $[(\text{geração de caixa da atividade} + \text{saldo final de caixa do ano anterior}) / \text{serviço da dívida}]$  deve ser maior ou igual a 1,3 a ser calculado ao final de cada exercício social. Para 31 de dezembro de 2016, a Companhia não alcançou esse índice, tendo a parcela do saldo do passivo não circulante reclassificada para o passivo circulante, conforme norma contábil. No entanto, o BNDES não exigiu vencimento antecipado da dívida (vide nota explicativa 23.3).

#### b) Debêntures de infraestrutura

Em 15 de novembro de 2014, ocorreu a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em duas séries ("Debêntures"), para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, da Companhia, no valor total de R\$ 146.000.

As Debêntures foram emitidas como debêntures de infraestrutura, tendo em vista o enquadramento dos empreendimentos como projetos prioritários, por meio das portarias expedidas pelo Ministério de Minas e Energia (MME). Os recursos das Debêntures foram destinados ao LER 2010 e LEN 2011 (A-3) com o objetivo de complementar o financiamento do BNDES, para aquisição de ativos.

A amortização teve início em 15 de junho de 2016 com parcelas semestrais e consecutivas até 15 de dezembro de 2025.

Esta operação estabelece que o índice ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) =  $[(\text{geração de caixa da atividade} + \text{saldo final de caixa do ano anterior}) / \text{serviço da dívida}]$  deve ser maior ou igual a 1,3 a ser calculado ao final de cada exercício social. Para 31 de dezembro de 2016, a Companhia não alcançou esse índice, tendo a parcela do saldo do passivo não circulante reclassificada para o passivo circulante, conforme norma contábil.

10.2. Movimentação dos financiamentos e debêntures

	Consolidado			Controladora		
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	1.150.024	12.244	1.162.268	898.824	6.846	905.670
Financiamentos e debêntures obtidos	254.716	-	254.716	254.716	-	254.716
Encargos financeiros provisionados	-	73.146	73.146	-	72.469	72.469
Encargos financeiros pagos	-	(41.629)	(41.629)	-	(33.682)	(33.682)
Encargos financeiros capitalizados	-	28.164	28.164	-	26.292	26.292
Amortização de financiamento	(287.992)	-	(287.992)	(36.792)	-	(36.792)
Incorporação de encargos ao principal	61.568	(61.568)	-	61.568	(61.568)	-
Custo de captação	(4.666)	-	(4.666)	(4.666)	-	(4.666)
Apropriação dos custos de captação	315	-	315	315	-	315
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>1.173.965</u>	<u>10.357</u>	<u>1.184.322</u>	<u>1.173.965</u>	<u>10.357</u>	<u>1.184.322</u>
Financiamentos e debêntures obtidos	1.000	-	1.000	1.000	-	1.000
Encargos financeiros provisionados	-	121.003	121.003	-	121.003	121.003
Encargos financeiros pagos	-	(115.803)	(115.803)	-	(115.803)	(115.803)
Amortização de financiamento e debêntures	(48.023)	-	(48.023)	(48.023)	-	(48.023)
Incorporação de encargos ao principal	11.204	(11.204)	-	11.204	(11.204)	-
Apropriação dos custos de captação	502	-	502	502	-	502
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>1.138.648</u>	<u>4.353</u>	<u>1.143.001</u>	<u>1.138.648</u>	<u>4.353</u>	<u>1.143.001</u>

10.3. Vencimento das parcelas

Caso a Companhia tivesse conseguido antecipadamente a anuência dos credores relativo à quebra de *covenants* mencionada na nota explicativa 10.1, o cronograma de pagamento seria conforme abaixo:

Ano de Vencimento	<u>31/12/2016</u>
2018	70.222
2019	68.757
2020	95.868
2021	98.329
2022 a 2026	415.077
2027 a 2031	<u>327.461</u>
Total	<u>1.075.714</u> (*)

(\*) Valor não inclui o custo de captação dos financiamentos e debêntures.

## 11. CONTAS A PAGAR / CONTAS A RECEBER - CCEE/DISTRIBUIDORAS (CONSOLIDADO)

	Ativo		Passivo	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Circulante				
CCEE	-	-	13.161	-
	-	-	13.161	-
Não circulante				
CCEE	2.500	4.245	10.899	4.465
Distribuidoras	-	-	34.969	-
	2.500	4.245	45.868	4.465
Total	<u>2.500</u>	<u>4.245</u>	<u>59.029</u>	<u>4.465</u>

Os Contratos de Energia de Reserva celebrados entre as controladas do LER 2010 e a CCEE e de Energia Nova entre o LEN 2011 (A-3) e as distribuidoras estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada.

O ressarcimento por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância – 10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 115% do preço de venda vigente para os parques do LER 2010, e o maior valor entre o PLD médio e a receita fixa unitária para os parques do LEN 2011, conforme expresso no referido contrato. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância – 10% de geração serão ressarcidos em 12 parcelas após possíveis compensações com desvios positivos iniciando ao final do primeiro quadriênio contado a partir do início da operação comercial.

O ressarcimento por desvios positivos (acima da faixa de tolerância – 30%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 70% do preço de venda vigente, conforme expresso no referido contrato. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância – 30% de geração serão ressarcidos em 12 parcelas após possíveis compensações com desvios negativos iniciando ao final do primeiro quadriênio contado a partir do início da operação comercial.

#### 11.1. Movimentação:

A movimentação do exercício está apresentada a seguir:

	Movimentação do ativo					
	31/12/2014	Adição	31/12/2015	Reversão	Atualização Monetária	31/12/2016
CCEE ativo	2.044	2.201	4.245	(1.982)	237	2.500

  

	Movimentação do passivo							
	31/12/2014	Provisão	31/12/2015	Provisão	Multa sobre Ressarcimento	Atualização Monetária	Amortização	31/12/2016
CCEE	-	4.465	4.465	19.701	1.717	1.259	(3.082)	24.060
Distribuidoras	-	-	-	34.969	-	-	-	34.969
Total do passivo	-	4.465	4.465	54.670	1.717	1.259	(3.082)	59.029
Total líquido	(2.044)	2.264	220	56.652	1.717	1.022	(3.082)	56.529

#### 12. IMPOSTOS DIFERIDOS (CONSOLIDADO)

	Ativo		Passivo	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
PIS diferido	320	29	16	28
COFINS diferida	1.478	134	75	127
IRPJ diferido	986	90	50	85
CSLL diferida	532	48	27	46
Total	3.316	301	168	286

Os impostos diferidos foram constituídos em função das diferenças entre a energia gerada e a efetivamente faturada (nota explicativa 11). Esses impostos diferidos foram calculados utilizando-se as alíquotas com base no lucro presumido.

## 12.1 Movimentação líquida (ativo e passivo)

	IRPJ/CSLL	PIS/COFINS	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(63)	(75)	(138)
Movimentação líquida	70	83	153
Saldo em 31 de dezembro de 2015	7	8	15
Movimentação líquida	1.434	1.699	3.133
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.441	1.707	3.148

## 13. PROVISÃO

## 13.1 PROVISÃO PARA CUSTOS SOCIOAMBIENTAIS (CONSOLIDADO)

	31/12/2016	31/12/2015
Circulante	1.526	1.218
Não Circulante	5.387	5.877
Total	6.913	7.095

Considerando que: (a) até a entrada em operação comercial das eólicas, a Companhia obtém todas as licenças ambientais e, conseqüentemente, tem uma obrigação de cumprir as obrigações nelas constantes para poder operar; (b) que essa obrigação decorre de eventos já ocorridos (construção da usina); e (c) que se espera que exista saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos futuros, a Companhia provisiona os custos socioambientais no passivo circulante e não circulante e incorpora tal custo no ativo imobilizado durante o período de construção dos empreendimentos. Após a entrada em operação, tais custos são registrados diretamente no resultado.

A provisão é inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e por mudança no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados, os quais são considerados suficientes para os desembolsos futuros das controladas durante a fase de construção e operação dos parques em operação.

A movimentação do exercício está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2014	Reversão/ Provisão	Atualização	Saldo em 31/12/2015	Pagamentos	Atualização	Saldo em 31/12/2016
Provisão para custos socioambientais	10.716	(3.888)	267	7.095	(585)	403	6.913

## 13.2 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS (CONSOLIDADO)

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em diversos processos contingentes no montante aproximado de R\$113.409, sendo R\$113.163 administrativas e R\$247 cíveis, os quais a administração, consubstanciada na opinião de seus assessores jurídicos, classificou como possíveis de perda e não constituiu nenhuma provisão para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

## 14. PARTES RELACIONADAS

	Consolidado		Controladora			
	Passivo		Ativo		Passivo	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
<u>Adiantamento para futuro aumento de capital</u> (*)						
Nova Energia Holding S.A.	48.801	7.545	-	-	48.801	7.545
Controladas LEN 2011 (A-3)	-	-	1.922	-	-	-
Subtotal	48.801	7.545	1.922	-	48.801	7.545
<u>Ações resgatáveis</u>						
Nova Energia Holding S.A. (a)	25.489	34.608	-	-	25.489	34.608
Controladas LER 2010 (b)	-	-	163.202	258.660	-	-
Controladas LEN 2011 (A-3) (b)	-	-	199.213	299.062	-	-
Subtotal	25.489	34.608	362.415	557.722	25.489	34.608
Total	74.290	42.153	364.337	557.722	74.290	42.153

(\*) Adiantamento para futuro aumento de capital realizado/recebido pela Companhia, sem custo financeiro.

## 14.1. Ações Resgatáveis

De acordo com a Ata de Assembleia Geral Extraordinária de 16 de junho de 2014 os acionistas deliberaram pela aprovação de um plano de resgate de ações com condições específicas. Devido as características destas ações, a Administração concluiu que elas representam instrumento de dívida e não de patrimônio e, desta forma, classificou estes valores no passivo, conforme requerido pelo CPC 39 – Instrumentos Financeiros: Apresentação.

- (a) O saldo se refere a ações resgatáveis emitidas pela Companhia e adquiridas pela sua controladora direta Nova Energia Holding S.A.
- (b) O saldo se refere a ações resgatáveis emitidas pelas Controladas e adquiridas pela Companhia.

## 14.2. Comercialização do lastro de energia entre LEN 2011 (A-3) e Renova Comercializadora

A Renova Comercializadora de Energia S.A. ("Renova Comercializadora") é controlada direta da Renova Energia S.A. e tem por objeto social principal a comercialização de energia elétrica em todas as suas formas.

A Renova Comercializadora utilizou o lastro dos parques eólicos do LEN 2011 (A-3) para adquirir energia incentivada com liquidação na CCEE. Até 30 de junho de 2016 a operação de compra de energia pela Renova Comercializadora junto aos parques do LEN 2011 (A-3) foi de 186.137,49MWh\* (R\$23.500) e para recompor o lastro, a Renova Comercializadora vendeu para os parques do LEN 2011 (A-3) no segundo semestre de 2016 o montante de 136.379MWh\* (R\$18.803).

(\*) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

## 14.3. Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits ("MCSD")

No âmbito do MCSD (vide nota explicativa 1.4), as companhias do LEN 2011 (A-3) faturaram o montante de R\$70.960 até 31 de dezembro de 2016 para a Renova Comercializadora. Os saldos a receber e a pagar estão refletidos nas notas explicativas 5 e 9, respectivamente.

Os saldos a receber e a pagar relativos às operações descritas nas notas explicativas 14.2 e 14.3 montam R\$975 e R\$7.129, respectivamente.

## 15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 15.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o capital social subscrito e integralizado era de R\$462.734 representado por 602.534.256 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pertencentes à Nova Energia Holding S.A.

### 15.2. Integralização de capital

Em 2015 a Companhia aumentou capital em R\$ 5.484 através de: (i) capitalização de recursos para futuro aumento de capital no valor de R\$ 143.578; e (ii) em moeda corrente no valor de R\$ 5.484.

### 15.3. Reserva de capital

Na conta de reserva de capital, a Companhia reconheceu os custos dos serviços prestados em acordos firmados com os executivos do Grupo Renova (companhias controladas direta ou indiretamente pela Renova Energia S.A.) através de pagamentos baseado em ações da sua controladora indireta Renova Energia S.A.

### 15.4. Dividendos (Companhia)

Ao final de cada exercício social será levantado o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras exigidas de acordo com as disposições legais pertinentes, os quais serão submetidos à assembleia geral ordinária, juntamente com a proposta de destinação do lucro líquido do exercício.

Após as deduções previstas em lei, a assembleia geral deliberará sobre a distribuição dos lucros que, consoante proposta da diretoria e de opinião prévia do conselho fiscal, se instalado, terá a seguinte destinação:

I – 5% (cinco por cento) para a reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social;

II – 10% (dez por cento), no mínimo, será distribuído, como dividendo obrigatório, observadas as demais disposições do presente estatuto social e a legislação aplicável; e

III – o saldo remanescente terá a destinação deliberada pela assembleia geral.

### 15.5. Reserva especial de dividendos não distribuídos

Conforme previsto no artigo 202 § 4º da Lei 6.404/76, a Companhia constituiu em 2014 uma reserva especial de dividendos não distribuídos, no valor de R\$ 2.778, em função da situação financeira da Companhia. Esses dividendos serão distribuídos tão logo a situação financeira permitir.

## 16. RECEITA LÍQUIDA (CONSOLIDADO)

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
	MWh*	MWh*		
Geração/disponibilização energia				
Suprimento de energia elétrica	1.193.769	1.047.881	199.008	162.615
Outras receitas				
Operações - lastro de energia			42.303	-
(-) Impostos s/ outras receitas (PIS/COFINS)			(9.064)	(5.935)
Total	<u>1.193.769</u>	<u>1.047.881</u>	<u>232.247</u>	<u>156.680</u>

(\*) Informação não auditada pelos auditores independentes.

## 17. CUSTOS E DESPESAS (CONSOLIDADO)

	<u>31/12/2016</u>			<u>31/12/2015</u>		
	<u>Custo dos serviços</u>	<u>Despesas</u>	<u>Total</u>	<u>Custo dos serviços</u>	<u>Despesas</u>	<u>Total</u>
Tust <sup>(1)</sup>	16.174	-	16.174	10.095	-	10.095
Taxa de fiscalização	1.294	-	1.294	552	-	552
	<u>17.468</u>	<u>-</u>	<u>17.468</u>	<u>10.647</u>	<u>-</u>	<u>10.647</u>
Serviços de terceiros	18.706	3.185	21.891	11.681	5.627	17.308
Aluguéis e arrendamentos	2.506	-	2.506	1.683	281	1.964
Viagens	-	573	573	5	550	555
Depreciação	79.032	2	79.034	56.418	1	56.419
Seguros	1.932	-	1.932	641	390	1.031
Telefonia e TI	-	712	712	-	393	393
Material de uso e consumo	3.421	215	3.636	3.571	2.397	5.968
Multa sobre ressarcimento	1.717	-	1.717	-	-	-
Impostos e taxas	-	594	594	-	663	663
Energia para revenda	58.407	-	58.407	-	-	-
Outras	-	324	324	1.498	385	1.883
	<u>165.721</u>	<u>5.605</u>	<u>171.326</u>	<u>75.497</u>	<u>10.687</u>	<u>86.184</u>
Total	<u>183.189</u>	<u>5.605</u>	<u>188.794</u>	<u>86.144</u>	<u>10.687</u>	<u>96.831</u>

(1) Tust - tarifa de uso do sistema de transmissão.

# 18. RESULTADO FINANCEIRO

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras e cauções	1.536	2.459	815	916
Descontos obtidos	139	156	-	-
Outras receitas financeiras	333	684	-	-
(-) PIS/COFINS s/ receita financeira	(38)	-	(38)	-
Total das receitas financeiras	1.970	3.299	777	916
Despesas financeiras				
Encargos da dívida	(121.003)	(73.146)	(121.003)	(72.469)
Juros	(152)	(91)	(1)	(5)
IOF	(204)	(77)	(160)	(2)
Despesas bancárias	(19)	(71)	-	(55)
Fiança bancária	(17.481)	(14)	(11.697)	-
Outras despesas financeiras	(5.018)	(287)	(3.331)	(348)
Total das despesas financeiras	(143.877)	(73.686)	(136.192)	(72.879)
Total do resultado financeiro	(141.907)	(70.387)	(135.415)	(71.963)

# 19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(98.454)	(10.538)	(106.093)	(16.218)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	33.474	3.583	36.072	5.514
<u>Exclusões (adições) permanentes</u>				
Resultado da equivalência patrimonial	-	-	10.255	19.069
Efeito das controladas optantes pelo lucro presumido	5.214	15.320	-	-
Efeito dos impostos diferidos ativos não reconhecidos sobre:				
Prejuízo fiscal e base negativa	(46.327)	(24.583)	(46.327)	(24.583)
Imposto de renda e contribuição social registrado no resultado	(7.639)	(5.680)	-	-

Conforme mencionado na nota explicativa 2.5.7, a Companhia apura os tributos sobre o lucro com base no regime do lucro real e as controladas com base no lucro presumido.

A Companhia não apurou lucro tributável no exercício. Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possuía prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social a compensar, nos montantes do quadro a seguir para os quais não foram registrados impostos diferidos:

	Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015
Prejuízo fiscal do exercício	(136.256)	(72.303)
Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados de exercícios anteriores	(79.210)	(6.907)
Total de Prejuízos Fiscais e bases negativas acumulados	(215.466)	(79.210)

## 20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações com as contrapartes sejam feitas.

## a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, partes relacionadas e fornecedores.

	Consolidado			
	Valor justo		Valor Contábil	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Ativos financeiros				
Circulante				
Aplicações financeiras	-	9.583	-	9.583
Contas a receber de clientes	16.875	17.887	16.875	17.887
Não circulante				
Cauções e depósitos vinculados	71.228	3	71.228	3
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	56.329	49.407	56.329	49.407
Financiamentos	975.456	74.865	969.405	74.452
Debêntures	174.457	6.511	173.596	6.416
Não circulante				
Financiamentos	-	947.423	-	941.364
Debêntures	-	162.948	-	162.090
Partes relacionadas	74.290	42.153	74.290	42.153

	Controladora			
	Valor justo		Valor Contábil	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Ativos financeiros				
Circulante				
Aplicações financeiras	-	9.560	-	9.560
Não circulante				
Partes relacionadas	364.337	557.722	364.337	557.722
Cauções e depósitos vinculados	54.920	3	54.920	3
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	8.619	9.690	8.619	9.690
Financiamentos	975.456	74.865	969.405	74.452
Debêntures	174.457	6.511	173.596	6.416
Não circulante				
Financiamentos	-	947.423	-	941.364
Debêntures	-	162.948	-	162.090
Partes relacionadas	74.290	42.153	74.290	42.153

## b) Categorias de instrumentos financeiros

	Consolidado						
	31/12/2016			31/12/2015			
	Empréstimos e recebíveis	Outros ao custo amortizado	Total	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Outros ao custo amortizado	Total
Ativos financeiros							
Circulante							
Aplicações financeiras	-	-	-	-	9.583	-	9.583
Contas a receber de clientes	16.875	-	16.875	17.887	-	-	17.887
Não circulante							
Cauções e depósitos vinculados	71.228	-	71.228	3	-	-	3
Passivos Financeiros							
Circulante							
Fornecedores	-	56.329	56.329	-	-	49.407	49.407
Financiamentos	-	975.456	975.456	-	-	74.865	74.865
Debêntures	-	174.457	174.457	-	-	6.511	6.511
Não circulante							
Financiamentos	-	-	-	-	-	947.423	947.423
Debêntures	-	-	-	-	-	162.948	162.948
Partes relacionadas	-	74.290	74.290	-	-	42.153	42.153

	Controladora						
	31/12/2016			31/12/2015			
	Empréstimos e recebíveis	Outros ao custo amortizado	Total	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Outros ao custo amortizado	Total
Ativos financeiros							
Circulante							
Aplicações financeiras	-	-	-	-	9.560	-	9.560
Não circulante							
Partes relacionadas	364.337	-	364.337	557.722	-	-	557.722
Cauções e depósitos vinculados	54.920	-	54.920	3	-	-	3
Passivos Financeiros							
Circulante							
Fornecedores	-	8.619	8.619	-	-	9.690	9.690
Financiamentos	-	975.456	975.456	-	-	74.865	74.865
Debêntures	-	174.457	174.457	-	-	6.511	6.511
Não circulante							
Financiamentos	-	-	-	-	-	947.423	947.423
Debêntures	-	-	-	-	-	-	-
Partes relacionadas	-	74.290	74.290	-	-	42.153	42.153

c) Risco de Mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impactos a praticamente todos os setores e, portanto representam fatores de riscos financeiros.

Os financiamentos captados pelas controladas da Companhia foram apresentados na nota explicativa 10. As regras contratuais para os passivos financeiros criam riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas possuíam um risco de mercado associado à TJLP e ao IPCA.

Como riscos de mercado associados à taxa de juros, atribuímos o CDI e IPCA, levando em consideração que a economia brasileira apresenta um panorama favorável ao crescimento sólido e investimentos voltados para a infraestrutura, a exemplo de programas como o PAC. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores importantes na captação com baixo risco.

d) Análise de sensibilidade

A tabela a seguir detalha a sensibilidade da Companhia e de suas controladoras à variação de 10% da exposição às taxas de rendimentos e de juros dos instrumentos financeiros para 31 de dezembro de 2016. O percentual de 10% é a taxa média de sensibilidade utilizada para apresentar internamente os riscos ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças destas taxas.

A análise de sensibilidade inclui as aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos com o BNDES com taxas pós-fixadas. A análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 esteve em aberto durante todo o exercício seguinte. Um número negativo indica uma redução no resultado e no patrimônio líquido.

<u>Passivo Financeiro</u>	<u>Risco</u>	<u>Impacto no resultado e patrimônio</u>
BNDES	Alta da TJLP	(7.316)
Debêntures	Alta do IPCA	(1.110)

e) Risco de Liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade das controladas em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira das controladas em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os financiamentos captados pela Companhia são apresentadas na nota explicativa 10.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de crédito que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

O fluxo de realização para as obrigações assumidas em suas condições contratuais é apresentado conforme quadro abaixo (consolidado e controladora):

<u>Instrumentos a taxa de juros</u>	<u>De 1 a 3 meses</u>
Financiamentos - principal e encargos	975.456
Debêntures - principal e encargos	174.457
Total	<u>1.149.913</u>

A seguir vencimento contratual se não houvesse às quebras de *covenants* mencionadas na nota explicativa 10.1:

<u>Instrumentos a taxa de juros</u>	<u>De 1 a 3 meses</u>	<u>De 3 meses a 1 ano</u>	<u>De 1 ano a 5 anos</u>	<u>Mais de 5 anos</u>	<u>Total</u>
Financiamentos - principal e encargos	16.348	49.044	251.843	658.221	975.456
Debêntures - principal e encargos	2.205	66.614	81.319	84.320	234.458
Total	<u>18.553</u>	<u>115.658</u>	<u>333.162</u>	<u>742.541</u>	<u>1.209.914</u>

f) Operações com instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

g) Gestão de capital (consolidado)

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Dívida de financiamentos e debêntures	1.143.001	1.184.322
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(5.726)	(47.436)
Dívida líquida	1.137.275	1.136.886
Patrimônio líquido	386.614	492.707
Índice de alavancagem financeira - %	34%	43%

Os objetivos da Companhia e de suas controladas ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

h) Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das "jazidas de vento" do Brasil estar entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bem estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

## 21. COBERTURA DE SEGUROS

O quadro a seguir apresenta os principais valores em risco com coberturas de seguros da Companhia e suas controladas:

Objeto da Garantia	Importância Segurada	Vigência	
		Início	Fim
Riscos operacionais (LER 2010 e LEN 2011)	R\$ 1.386.178	09/11/2016	09/11/2017
Responsabilidade civil (LER 2010 e LEN 2011)	R\$ 30.000	10/11/2016	10/11/2017

## 22. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante o exercício de 2016 e de 2015, a Companhia e suas controladas realizaram as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa, portanto as seguintes transações não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Nota explicativa	Consolidado	Controladora	
		31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Encargos financeiros capitalizados	10.2	28.164	-	26.292
Provisão para custos socioambientais	8, 13.1	(3.888)	-	-
Recursos para futuro aumento de capital em controladas com ativo imobilizado		-	-	(54.175)
Dividendos propostos a receber	7.1	-	(294)	(566)

## 23. EVENTOS SUBSEQUENTES

### 23.1 Venda de ativos

Em 20 de janeiro de 2017 a Renova Energia aceitou a oferta vinculante enviada pela AES Tietê Energia S.A. ("AES") para alienação ao valor total de R\$650.000 da Companhia e de suas controladas. A consumação da potencial alienação ainda dependerá, dentre outros fatores, das aprovações societárias necessárias, da aprovação prévia dos credores da Companhia e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE").

### 23.2 Aumento de capital

Em 1ª de fevereiro de 2017, o Conselho de Administração aprovou um aumento de capital na Companhia de R\$48.803, mediante a capitalização de adiantamentos para futuro aumento de capital e integralização em moeda corrente, dos quais R\$42.603 foram destinados ao capital social e R\$6.200, à reserva de capital.

Adicionalmente, no mesmo dia foi aprovado aumentos de capital nas controladas diretas da Companhia no montante total de R\$596.535, mediante a capitalização de adiantamentos para futuro aumento de capital e integralização em moeda corrente, dos quais R\$69.395 foram destinados ao capital social e R\$527.140, à reserva de capital.

### 23.3 Vencimento antecipado

Em março de 2017, o BNDES ratificou que não houve vencimento antecipado declarado das dívidas, em 31 de dezembro de 2016.